

a participação política dos estudantes

O problema da participação dos estudantes à vida política revestiu, nos últimos meses, caráter crítico, com a greve do Recife e o cisma que ameaçou a entidade guanabarina. Recente despacho presidencial — indeferindo a petição da UNE de que as teses consagradas sobre a reforma universitária no Seminário de Salvador fossem publicadas pelo Ministério da Educação — revelou que o sr. Jânio Quadros incluiu-se entre os que acreditam que os problemas estudantis existem em si e por si, desvinculados da problemática geral do país. Um rápido exame da questão, tal como se coloca no plano mundial, e em função de fatos concretos, fornece subsídios valiosos para esclarecê-la.

a experiência internacional

Nos últimos três anos, o mundo foi sacudido por violentos movimentos revolucionários, liderados pelos estudantes. No Japão, a agitação contra o pacto militar nipo-americano, no qual a federação estudantil socialista Zengakuren desempenhou papel relevante, fez tremer o Governo. Em dois outros países, o resultado prático da ação estudantil ultrapassou o simples abalo das instituições vigentes e traduziu-se em mudanças de regime: Turquia e Coreia do Sul.

As iniciativas estudantis não permaneceram, porém, circunscritas ao Oriente. Em 1960, face a uma guerra da Argélia que se eternizava, a União Nacional dos Estudantes Francêses (UNEF), abandonando a linha tradicional de não-participação política, saiu às ruas. Por um momento, e enquanto se preparava a manifestação de 27 de outubro, a esquerda francesa foi sacudida de sua inércia e viu abrir-se à sua frente novas perspectivas. Sob muitos aspectos, a abertura de negociações entre franceses e argelinos, em Evian, foi uma vitória dos estudantes.

O mesmo se poderia dizer da Revolução Cubana. Com uma diferença, porém: a ação dos estudantes aparece ali mais descaracterizada, do ponto de vista estudantil, e mais afirmada, na esfera da atuação política. Vale dizer que, na Revolução Cubana, o papel das organizações estudantis é muito menos importante que a dos quadros estudantis que nelas militaram, os quais, no curso da Revolução, surgem comandando largas camadas populares. Este é um ponto fundamental, a que voltaremos posteriormente.

No momento, o que nos parece mais importante a frisar é o caráter progressista da participação estudantil, nos casos levantados. Em todos eles, deparamo-nos com situações críticas, às quais as forças políticas tradicionais não respondiam à altura. Isso é sobretudo verdade na França, onde a incapacidade da esquerda para pôr termo à crise argelina tem sido uma constante. E é, aliás, essa incapacidade para encontrar uma fórmula comum de atuação para, com base nela, desenvolver atividade política conseqüente, que está na raiz da neutralização dos estudantes franceses enquanto força política — como demonstraram os acontecimentos ligados à manifestação de 27 de outubro, que a CGT e o Partido Comunista prejudicaram.

Exemplo semelhante ofereceu o Japão. Com a agravante de que, ali, a desunião e a dispersão de forças refletiram-se no interior da própria classe estudantil, em virtude da rivalidade existente entre socialistas e comunistas. Quando à Turquia e à Coreia do Sul, não dispomos de

reportagem de Rui Mauro Marini

elementos que nos permitam fazer apreciação segura. O que há de concreto é a facilidade com que o regime democrático, instalado na Coreia em conseqüência das agitações provocadas pelos estudantes, caiu ante um golpe militar. Também na Turquia o movimento popular desencadeado pelo estudantado, e que resultou em mudança de governo, foi capitalizado pelo exercício, que mantém desde então o controle da situação.

Somente em Cuba a ação revolucionária manteve-se inalterada, em sua evolução. À sua testa permanecem os mesmos líderes, e o desenvolvimento de processo realizou-se de modo coerente, aprofundando e radicalizando as posições iniciais. O êxito da Revolução Cubana constituiu-se, por isso, em incentivo aos estudantes que não abdicam do direito de participar ativamente na luta política. Impõe-lhes, por outro lado, o dever de meditar as lições que encerra, a fim de que possam conferir à sua participação a máxima eficiência.

um duplo problema

A primeira lição a tirar desses acontecimentos é a de que a ação estudantil não basta, por si só, para assegurar a vitória das teses pelas quais se bate. Sob certo aspecto, o estudantado brasileiro não ignora essa verdade — e a prova disso é o cuidado com que tem procurado cimentar a aliança operário-estudantil. As dificuldades enfrentadas pelos estudantes na França, no Japão e nos outros países que mencionamos demonstram que, neste ponto, temos andado certo.

Com efeito, a ação estudantil só se compreende na medida em que integra um movimento mais amplo, sustentado pela maioria da população. Na ausência de organizações políticas que assegurem a liderança do movimento, os estudantes podem — e devem — tomar a iniciativa. Seu êxito estará condicionado, todavia, à repercussão que obtiverem na base popular. Considerando-se que, como vimos, as posições ideológicas e doutrinárias da classe estudantil correspondem a uma orientação progressista, são as classes operária e, ali onde ela tem condições para isso, camponesa, as suas aliadas naturais. Se, entretanto, estas mantêm-se enquadadas, no todo ou em parte, por organizações políticas e sindicais representativas, é imprescindível que o estudantado possa atuar unido a essas organizações, se pretende assegurar a vitória de suas convicções.

A segunda lição que nos ensinam os exemplos históricos levantados é a de que, por muito importante que seja, a ação das organizações da

classe estudantil não preenche toda a sua função política. Deve ser complementada com a formação de quadros capazes de atuar eficazmente no plano político, dentro do quadro das organizações de classe, ou fora dele — a última hipótese aplicando-se, principalmente, aos que superam a condição estudantil.

Para isso concorre o fato, de a condição estudantil, ao contrário do que sucede com a condição operária e outras, ser essencialmente transitória. Por essa razão, a participação política dos estudantes é, até certo ponto, e ressaltado o seu valor intrínseco e imediato, um treinamento, que visa a formar e preparar os indivíduos para, após sua passagem pelas escolas e universidades, participarem da vida pública. Para cumprir eficientemente esta tarefa, torna-se necessário que as organizações estudantis mantenham-se intimamente ligadas à massa que representam e exerçam sobre ela uma atividade esclarecedora e formativa, e forneçam a um número sempre maior de estudantes a possibilidade de atuar e participar politicamente por seu intermédio.

Muito mais importante do que discutir com aqueles que, por interesse, por espírito retrógrado ou por ignorância, negam aos estudantes o direito de participação política, é encarar de frente os problemas que essa participação coloca, no plano das relações entre a classe estudantil e as demais classes sociais, e no nível das relações entre as organizações estudantis e a grande massa dos estudantes. A maturidade do movimento estudantil brasileiro, conquistada penosamente através de sua participação ativa em todos os acontecimentos que, direta ou indiretamente, envolveram os interesses do povo — essa maturidade põe na ordem do dia a discussão desses problemas.

unidade e monopólio

É inegável que a última Diretoria da UNE foi sensível a essa imposição, e que a procura de uma solução constituiu o ponto central de suas preocupações. Os encontros nacionais e regionais que promoveu situaram-se nessa linha. O esforço para vincular reivindicações na aparência puramente estudantis — como a reforma universitária — às exigências do processo global da sociedade brasileira representou, também, um passo à frente nesse sentido. O resultado de tal orientação foram as conclusões do Seminário de Salvador, que tanto escandalizaram o sr. Jânio Quadros.

Não resta dúvida, entretanto, de que muito há ainda a fazer. A tarefa é difícil, sobretudo pelos excessos a que pode conduzir: a politização descomedida dos problemas estudantis, por um lado, que aprofundaria a separação existente entre a cúpula dirigente e a massa do estudantado; a sua despolitização exagerada, por outro, que faria a felicidade dos corações e congêneres, mas levaria as organizações estudantis a negligenciar o aspecto formativo de sua missão, de que falamos acima.

A orientação a ser adotada exigirá, pois, larga margem de habilidade, de sensibilidade e bom-senso. Um ponto é essencial: a necessidade em que se encontram as cúpulas de estabelecer contato mais direto com as massas estudantis — a menos que estejam resignadas a converter-se em mera casca, em gesto no vazio, em sombra sem corpo. A unidade estudantil (que não exclui — como só o ignoram os tolos e os mal intencionados — a diversidade ideológica) somente terá sentido se constituir unidade orgânica de toda a classe, e não se contentar em ser simples monopólio dos seus aparelhos de expressão. E' a partir dessa unidade autêntica que a classe estudantil estará, então, em condições de entabular diálogo com as demais classes sociais, para com elas equacionar os problemas do país.

Essa é a tarefa mais difícil que aguarda a nova Diretoria, o grande desafio a que ela terá de responder.